A “GEOGRAFIA FANTÁSTICA” E A POLÊMICA IDENTIDADE PAULISTA: A *VOZ DO OESTE* DE PLÍNIO SALGADO (1895-1975)[1]

Alan Daniel de Brito Mello[2]

Natália Peixoto Trevisan[3]

RESUMO

A relação entre a literatura e a ciência geográfica pode fornecer um valioso registro intelectual da complexidade da cultura paulista na década de 1930. Este estudo demonstra como o discurso geográfico contido no polêmico romance *A Voz do Oeste (1934)*, de Plínio Salgado, cria um mecanismo simbólico legitimador de uma identidade brasileira a partir do referencial paulista de sociedade desenvolvida. Tomando emprestado a discussão bakhtiniana (BAKHTIN 2011;2014) sobre os enunciados socialmente construídos, bem como o papel do escritor na sociedade brasileira durante a primeira metade do século XX (CANDIDO, 2000), o presente artigo pretende demonstrar como um discurso reacionário e autoritário fez parte do debate cultural brasileiro e, numa escala mais detalhada, influenciou a discussão sobre as ideologias geográficas na década de 1930 (MORAES, 1990; 1991 ;2007). Por isso, o percurso metodológico deste manuscrito defende a indissociabilidade da tríade autor-obra-contexto no interior da análise do discurso. Ademais, a figura intelectual de Plínio Salgado ainda causa estranheza e curiosidade no meio acadêmico, uma vez que para o autor a suposta identidade brasileira deveria necessariamente passar pelo prisma da geografia de São Paulo. Isso por si cria uma hierarquização territorial cujo ordenamento simbólico segue um princípio moralizante; este princípio, por sua vez, é sustentado por um autoritarismo anacrônico, o qual deve ser regido pela característica fisiográfica do relevo e pela miscigenação das “raças”.

Palavras-Chave: Discurso; Literatura; Paulista; Geografia; Reacionário.

The "Fantastic Geography" and the controversial Paulista Identity: *A Voz do Oeste* by Plínio Salgado (1895-1975)

ABSTRACT

The relationship between literature and geographic science can provide a valuable intellectual record of the complexity of São Paulo culture in the 1930s. This study demonstrates how the geographic speech contained in the controversial novel A Voz do Oeste (1934), by Plínio Salgado, creates a symbolic mechanism that legitimizes a Brazilian identity based on the São Paulo reference of a developed society. Borrowing from the Bakhtinian discussion (BAKHTIN 2011;2014) about socially constructed statements, as well as the role of the writer in Brazilian society during the first half of the 20th century (CANDIDO, 2000), this article intends to demonstrate how a reactionary and authoritarian speech it was part of the Brazilian cultural debate and, on a more detailed scale, influenced the discussion on geographic ideologies in the 1930s (MORAES, 1990;2007). For this reason, the methodological course of this manuscript defends the inseparability of the author-work-context triad within speech analysis. Moreover, the intellectual figure of Plínio Salgado still causes strangeness and curiosity in the academic environment, since for the author the supposed Brazilian identity should necessarily pass through the prism of São Paulo's geography. This in itself creates a territorial hierarchization whose symbolic order follows a moralizing principle; this principle, in turn, is supported by an anachronistic authoritarianism, which must be governed by the physiographic characteristics of the relief and by the miscegenation of “races”.

Keywords: Speech; Literature; Paulista; Geography; Reactionary.

[1] O presente manuscrito faz parte de um trabalho iniciado em 2010, cujo principal objetivo na época era compreender a representação geográfica contida na obra de intelectuais conservadores. Esta pesquisa continuou até 2018, materializando-se na dissertação: MELLO, Alan Daniel de Brito. Análise do discurso geográfico (representações espaciais) nas obras Martim Cererê (1928) e Marcha para oeste (1940) de Cassiano Ricardo; O Estrangeiro (1926) e Geografia Sentimental (1937) de Plínio Salgado. 2018.

[2] Graduado em Geografia (IFSP), mestre em Geografia Humana (USP) e doutorando em História da Ciência (PUC-SP). Membro do Grupo de Estudos em História da Ciência do Brasil da PUC-SP, vinculado ao Centro Simão Mathias. Professor de Geografia da Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, São Paulo. E-mail: alanbrito2013@bol.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6252-2790

[3] Doutora em Língua Portuguesa (PUC-SP). Professora de Língua Portuguesa da Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, São Paulo. E-mail: natatrevi@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0621-5427

Início da conversa

Por que estudar um romance literário atribuindo-lhe o qualificativo de objeto da Geografia? Como fazer esta análise sem cair em meras descrições físicas da topografia, hidrografia e geologia das regiões? O presente artigo visa analisar o discurso geográfico contido no romance *A Voz do Oeste (1934)* do escritor paulista Plínio Salgado como materialização da ideia de um nacionalismo no início da década de 1930. Nacionalismo este polêmico, porque creditava a São Paulo a glória de padronizar a história do Brasil aos moldes bandeirantes, invocando uma espécie de mitologia fantástica da conquista do sertão. Espaço, território e nação vão ser os temas mais discutidos pelo autor ao longo da vida.

De maneira geral, Moraes (1991, p.31) vai definir o pensamento geográfico como um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. Neste entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos vários quadrantes do universo da cultura. Eles emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc. Em meio a estas múltiplas manifestações sedimentam-se certas visões sobre o espaço observado.

Já Escolar (1996, p.17) afirma que “a espacialidade é constituída de matéria e não de espaço”, logo, o trabalho intelectual paulista da década de 1930 alinhava-se a produção literária (a produção material da literatura), como esforço inequívoco a compreensão simbólica da realidade espacial. Produzir espaços, consequentemente, é impossível, a partir das conjunturas da própria percepção deste espaço; “produzir configurações materiais espacializadas”, subjetiva ou objetivamente, é possível, neste caso, no interior da lógica discursiva.

Moraes (1991, p.16) também discute a respeito do movimento de mudança social, que necessariamente se realiza através de sujeitos, indivíduos e/ou coletivos que, ao agirem, desencadeiam séries causais. Isto coloca em evidência as motivações reais que impulsionam a produção do espaço, pois são elas que deslocam os sujeitos em direção a algum objetivo.

De certa forma, a literatura mostra-se estimuladora do movimento de mudança social, principalmente no Brasil do início do século XX. Ela transitava por diversas áreas do conhecimento e, por vezes, traduzia com certa precisão os anseios de um determinado grupo, criando uma relação profícua entre o enunciador e o enunciatário[4].

[4] Enunciador é quem constrói o enunciado, no caso o autor da obra. Enunciado, a própria obra. E, enunciatário, diz respeito a quem o enunciado se dirige, ou seja, o grupo social que recebe o discurso. Para saber mais sobre o assunto, consultar: FIORIN, **Introdução a Linguística**, 2006.

Assim, diante das inúmeras formas que a literatura se manifesta, pontuar o gênero romanesco como objeto de estudo das ciências humanas (em especial da Geografia), leva-nos a confrontar com um discurso implícito de ordem política, antropológica, geográfica ou sociológica, os quais, embebidos de maneirismos científicos do início do século XX, formam o arcabouço temático sustentador deste debate. No entanto, uma pergunta ainda não foi respondida: por que um romance literário?

Ora, o campo literário e o campo histórico trocam interações acadêmicas desde a reforma dos *Annales* na década de 1920. Entretanto, para além da interpretação do livro, deve-se considerar o processo de criação literária, bem como a obra em si, como possíveis fontes de pesquisa histórica e social, pois tanto a obra quanto o processo de sua confecção, fazem parte de um complexo sistema simbólico, cujo lastro está assentado nas peculiaridades do pensamento social brasileiro. No Brasil, apenas no final dos anos de 1930 é que se avolumam obras sociológicas propriamente ditas, ou pelo menos levantariam esta bandeira temática. Até então, a literatura ocupava bastante o tempo da intelectualidade pequeno-burguesa das grandes cidades, uma vez que “seu poderoso imã interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele gênero misto de ensaio” e, ainda, as peculiaridades interpretativas sobre a identidade nacional uniam-se da seguinte maneira: “da história com a economia, a filosofia ou a arte, que é uma forma bem brasileira de investigação e descoberta do Brasil” (CANDIDO, 2000, p.156).

Também devemos prestar atenção no fato da criação literária ser um trabalho individual, particular. É a maneira pela qual o autor compreende a realidade observada. Isso nos leva a crer que o livro é um destacado veículo legitimador de ideologias, de discursos e conteúdos tendenciosos.

Quando Candido (2000, p. 25) explica a relação do artista com o grupo, evidencia uma espécie de “caminho do sucesso” a ser percorrido pelo escritor: primeiro há a necessidade de um agente individual que apresente a obra; depois ele é ou não reconhecido como intérprete da sociedade; e por último, ele utiliza a obra para a legitimidade do seu discurso. Portanto, no decorrer da trama do romance, o leitor, muitas vezes passivo, não percebe o que está por detrás da metáfora, da alegoria pictórica do personagem, porque sem o contexto histórico o livro perde o sentido, fica sem forma e conteúdo. Por sua vez, o criador da obra, ao olhar atentamente para a sociedade ao seu redor e tecer a história do romance, modifica-se como ser ativo e passivo de uma mesma ação.

Para Nicolau Sevcenko (1985), as tensões sociais na mudança do Brasil Império para o Brasil República, trouxeram ao país a necessidade de rever certas concepções sobre a cultura brasileira, sobretudo após o crescimento urbano do Rio de Janeiro, então capital federal. Seu estudo afirma que a literatura na época não apenas absorveu parte desta tensão que estava acontecendo, mas

também como estas mudanças se transformaram na própria arte, focando-se nas figuras de Lima Barreto e Euclides da Cunha. Aduz Sevcenko:

> A sombra desse jogo imponente de aparências e sortilégios, uma nova realidade surda e contundente ganhava corpo de forma tumultuária. A abolição e a crise da economia cafeeira que se lhe seguiu - a qual significou o golpe de misericórdia aplicado na grande lavoura do vale do paraíba carioca - desencadeou uma enorme mobilização (85.547 pessoas) da massa humana outrora presa àquela atividade e que em boa parte iria afluir para a cidade do Rio, fundindo-se ali já com o volumoso contingente de escravos recém libertos, que em 1872 chegaram a constituir 18% (48,939 pessoas) da população total da capital do império. (p.51).

E ele ainda complementa,

> A literatura, portanto, fala ao historiador sobre a história que não ocorreu, sobre as possibilidades que não vingaram, sobre os planos que não se concretizaram. Ela é o testemunho triste, porém sublime, dos homens que foram vencidos pelos fatos. Mas será que toda a realidade da história se resume aos fatos e ao seu sucesso? Felizmente, um filósofo bastante audacioso nos redimiu dessa compreensão tão estreita, condenando ‘o poder da história, que, praticamente, transforma, a todo instante, numa admiração nua do êxito que leva a idolatria dos fatos. (p.21)

Isto posto, aceita-se a ideia da importância da literatura na reconstrução do pensamento geográfico devido ao seu poder de síntese, pois, as formas de enunciação de uma obra literária remetem-se a um conjunto de signos socialmente construídos e de apropriações do espaço vivenciado pelo autor. Assim, o “signo não pode ser separado da situação social sem ser alterada sua natureza semiótica” (BAKHTIN, 2014, p.68). Ainda que o romance, o poema, o ensaio etc., precisem de um agente individual responsável pela sua criação, o discurso impregnado neles tem origem social.

Nesse contexto, consideramos que todo signo é ideológico e se alinha com as estruturas sociais. E mais: toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua. Os sistemas semióticos servem para exprimir a ideologia e são, portanto, modelados por ela. A palavra é o signo ideológico por excelência, ela registra as menores variações das relações sociais, mas isso não vale apenas para os sistemas ideológicos constituídos (BAKHTIN, 2014, p.16). Por isso, o romance de Plínio Salgado pode ser considerado um suporte material de pesquisa, visto que contém um discurso representativo do autor e do contexto no qual está inserido.

Enquanto forma de apreensão da realidade, o discurso literário precede o discurso político e científico, apesar de voltados para o mesmo objeto (a nação brasileira), gotejados, segundo Chasin (1978), por um desejo de romantizar a história nacional.

Por fim, o material literário é um valioso recurso documental a ser estudado, porque incorpora não apenas o fato, mas também a possibilidade imaginativa que o autor deste material quis esboçar a

respeito deste fato, de uma circunstância específica, cuja complexidade temática é um campo fértil para o historiador do pensamento social brasileiro.

Plínio Salgado e a “Geografia Fantástica”: entre a literatura e a política

Reescrever uma síntese biográfica é um trabalho perigoso e longo. Não apenas pelo fato do referido autor ser um personagem polêmico e controverso, mas, sobretudo, pelas informações a seu respeito estarem soltas no ar. Por esta razão, não haverá um relato exaustivo da vida do autor, visto que, caso o leitor tenha interesse em se aprofundar na figura histórica de Salgado, deve buscar trabalhos mais elaborados na bibliografia deste artigo.

As narrações fantásticas da geografia brasileira sempre nortearam o imaginário coletivo dos colonos portugueses que aqui se debruçaram em busca de ouro e prata (HOLANDA, 1994, p.66). Tais relatos, longe do rigor científico da ciência geográfica, desenvolvida (em âmbito acadêmico), somente no final do século XIX com Ratzel e La Blache, e, no Brasil, com a criação da Universidade de São Paulo (1934) e Universidade do Distrito Federal (1935), foram durante muito tempo a única forma descritiva de conhecer a fisionomia física e humana do país.

A aura mística e selvagem do Brasil lhe proporcionou a pecha de região anacrônica, na qual o divino e o profano caminhavam de mãos dadas em direção à mitologia verde e amarela. Em seu romance de 1934, *A Voz do Oeste*, Plínio Salgado constrói personagens de cunho alegórico para validar a ideia de “nação fantástica”. Mergulhado em pressupostos do romantismo alemão, ele defende a concepção autoritária de Estado e nação fortalecidos, alinhando-se, de certa forma, com a escola ratzeliana de geografia, sobretudo no laço orgânico entre o Estado e o povo. Para Plínio Salgado, o poder do Estado estaria intimamente ligado à relação com a sociedade e o solo, ou seja, seria impossível, numa teoria sociológica, separar o humano do natural. Por isso mesmo, na mesma proporção, também seria impossível separar o desenvolvimento do Estado do povo que o ergueu.

Nesse sentido, o parágrafo acima pode ser resumido da seguinte maneira: é equivocado considerar a formação de um Estado sem que seu lastro esteja assentado sobre um território, assim como toda ideia de sociedade deve ser concebida a reboque de algum território estabelecido. O fato destes dois organismos estarem unidos ao solo é a consequência natural que liga a criatura humana à terra. É certo, porém, que a consideração sobre o solo se impõe mais na história do Estado do que na sociedade; isto deriva da maior amplitude das porções de território sobre o qual a propriedade daquele se exerce. (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 73).

Logo, relembrando um pouco as teorias de Ratzel, destaca-se que o final do século XIX foi o período no qual os Estados Germânicos e o Império Prussiano passavam por um processo de unificação, a

chamada política do *zollverein*[5]. O rigor epistemológico com o qual o geógrafo submeteu seus estudos sobre Estado e território proporcionou grande notoriedade à figura do intelectual prussiano mergulhado em ideias nacionalista e estadista. Para ele, era necessário criar uma geografia interna, baseada na força do Estado, possuidor de instrumentos para harmonizar (leis gerais) a recém sociedade alemã.

Outro aspecto importante na geografia ratzeliana – ligando-a aos planos de Salgado -, diz respeito à sociedade e seu vínculo afetivo e econômico com o território. Fornece-nos o princípio da evolução de um povo associado aos recursos naturais encontrados no solo: quanto maior fosse a concentração de recursos num determinado território, maior seria a possibilidade de o grupo social instalado neste território desenvolver-se, e quanto maior o desenvolvimento da sociedade, maior território deveria ser ocupado. Logo, inicia-se a segunda etapa dos planos de Ratzel: criar uma geografia externa para justificar o plano de expansão do Império Alemão.

A grande inovação naquela época foi sem dúvida pensar o espaço como território habitado por uma sociedade homogênea e nacionalista, visando à construção de uma identidade, alicerçada num discurso cujo fator “meio natural” influenciaria toda a dinâmica desenvolvimentista do país. Tanto para Salgado quanto para Ratzel, o expansionismo seria algo natural da sociedade que progride (legitima o expansionismo paulista no romance e legitima o Império Bismarckiano) e, nesse contexto, seria função do Estado proteger a sociedade (legitima o Estado prussiano militarizado). Embora não haja documentação suficiente que relacione a influência de Ratzel no pensamento de Salgado, a geografia política criada na Alemanha no final do século XIX foi, com certeza, copiada por outros países, principalmente os considerados “periféricos”. No caso brasileiro, os geopolíticos militarizados do início do século XX, comumente, tinham em Ratzel a fonte de inspiração de um modelo de nacionalismo e sempre citavam autores que interpretavam o território brasileiro como materialidade de um processo histórico: Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Plínio Salgado.

Influenciado pela estética modernista de 1922[6], Plínio Salgado desejava reorganizar a história brasileira a partir da figura do bandeirante, objetivando criar um sentido nacional. “Seria uma história verdadeiramente brasileira, a história da alma brasileira, no alvorecer dos primeiros

[5] União Aduaneira dos estados germânicos com a Prússia no século XIX.

[6] O movimento modernista brasileiro de 1922 aconteceu na cidade de São Paulo. Buscava instaurar no Brasil uma cultura verdadeiramente brasileira, longe da influência estrangeira europeia. Logo, figuras do folclore brasileiro como o índio, o negro, o retirante nordestino eram os personagens mais representados na literatura, nos quadros, nas artes plásticas etc. Participaram deste movimento, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Tarsila do Amaral, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Cassiano Ricardo etc. Apesar de se falar no Movimento Modernista, ele não foi homogêneo, pipocando em várias regiões do país outros movimentos com outras características que também se denominavam modernos. Em São Paulo, ele ganha moldes principalmente do bandeirante, negro e índio; já no Nordeste, cujos representantes foram Gilberto Freyre, Guimaraes Rosa, Graciliano Ramos etc., resgatam a cultura crioula, o retirante nordestino, a casa grande e a senzala.

impulsos da nação” (SALGADO, 1934, p.07), ou seja, recontar a origem do povo brasileiro (e por que não do território?) sob a ótica paulista, localizada no Planalto do Piratininga. Nota-se no discurso do autor, o caráter fictício que ele pretende desenvolver no linear das tramas do romance: o enaltecimento da “alma brasileira” no início da colonização, os aspectos regionais para uma identidade nacional e, no decorrer da história, a importância do sincretismo étnico para o aprimoramento das relações interraciais, os sujeitos sociais envolvidos no processo de afirmação do território, a funcionalidade de cada região para o pleno crescimento da nação, etc., todos, é claro, dentro da lógica utópica do tear criativo da literatura e do pseudocientificismo da época.

A solução encontrada por Salgado para o problema nacional era simples, todavia atrelada a uma visão extremamente dúbia e autoritária. Ela consistia em associar a identidade brasileira à história da cidade de São Paulo e, através o convívio dos tipos sociais ali existentes (no caso o índio, o branco europeu, o judeu e o mameluco), seria inevitável o soerguimento de um Estado modelador da ordem social. Os paulistas, para ele, tinham um posto privilegiado dentro da lógica do país, “porque conquistariam novas terras, novos continentes, construiriam uma nova nação” (SALGADO, 1937, p.81).

O expansionismo citado pelo autor refere-se não apenas à ocupação e conquista do largo sertão brasileiro. Muito além da análise do discurso proferido, o alcance ideológico na relação homem-natureza traria à tona um debate que, nos anos de 1920-1930, acalorava as controvérsias no mundo das teorias determinista, darwinista e evolucionista: ora, seria uma das características mais destacadas do homem civilizado o fato dele se habituar a coerção das leis, e na obediência a elas, ele descobre também um interesse prático? Salgado rejeitava as leis do homem civilizado europeu, porém - e nesse caso ressalta o seu caráter regionalista -, ele afirmava que os paulistas foram os reais descobridores do Brasil, dando forma, norma, coesão e coerência ao país.

É, de fato, tendenciosa a fala do autor, sobretudo quanto ele almeja a supremacia paulista dentro de um território de estrutura heterogênea. Contudo, não podemos pensar o discurso com olhos contemporâneos, é preciso enxergá-lo sob o prisma das primeiras décadas do século XX. Devemos devolver a historicidade ao autor e à obra.

Após o fim da 1º Guerra Mundial (1914-1919), as potências ocidentais entram numa profunda crise econômica, política e social. Em decorrência desse caos que se fulgura no quadro global, governos de bandeira nacionalista e viés autoritário tomam para si a responsabilidade de replanejar seus devidos territórios para a construção de uma nova ordem política, baseada num Estado intervencionista e centralizador. O Brasil não ficaria atrás e, após um período conturbado de inúmeras crises, em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da república, um leque

de propostas para a modernização do Estado foi discutido e, algumas propostas, rapidamente institucionalizadas como a criação da própria Universidade do Distrito Federal (1934). Nesse momento histórico, de ampla aceitação dos projetos nacionais (sejam eles cultural ou político), que em São Paulo, local onde abarcava grande quantidade de intelectuais, surgiu a figura de Plínio Salgado, considerado, nas palavras do escritor Monteiro Lobato, um teórico político e escritor modernista.

No Brasil, os anos de 1920-1930 ansiavam por um país “moderno” e nacionalista. Qualquer rugir diferente do convencional republicano nos diversos setores da política e cultura era rapidamente divulgado entre os intelectuais, os quais (de maneira questionável), eram encarregados de repassá-lo às outras esferas da sociedade, através, por exemplo, de uma corrente política, como os ideais integralistas. Não entraremos no mérito da discussão se o integralismo, vertente política criada em 1937 por Salgado – alguns membros muito conhecidos à época como Gustavo Barroso e Miguel Reale -, foi ou não um “fascismo à brasileira”, porque o intuito do presente artigo não é este, e sim analisar o discurso geográfico contido num romance literário, a partir de um referencial teórico e histórico sobre o tema.

Plínio Salgado escreveu sobre o bandeirante e as bandeiras. Ressuscitou a história paulista e a apresentou à nação, portanto, seria imprescindível na análise discursiva considerar o propósito do autor, cuja retórica fazia parte de uma estrutura muito maior, no interior, a princípio, do pensamento social brasileiro.

Atrelado a isso, o fictício do romance *A Voz do Oeste* só teria valor social se houvesse alguma relação com a realidade material da época, do contrário, estaria condenado ao fracasso pela falta de sentido e coerência. “Paraíso”, durante muito tempo foi a maneira mais usual de definir o Brasil (e a própria identidade nacional), proporcionando uma particularidade simbólica de “realidade exótica” ao país (FAORO,1997, p.99). No entanto, há idiossincrasias sustentadoras desta ideia, que legitimaram a “nação paulista”.

O nacionalismo e o sentido da "paulistanidade"

Entre o século XIX e XX, o Brasil - ao contrário de alguns Estados europeus em processo de unificação, como a Alemanha e a Itália -, já possuía um território determinado, um dos requisitos básicos para a construção de uma nação. Entretanto, durante muito tempo, o país manteve uma organização de trabalho escravista, o que lhe acarretaria dificuldades ao forjar um sentimento nacional, pois para que este sentimento se configure de maneira plenamente satisfatório, seria necessário que todos os membros da sociedade fossem indivíduos livres e iguais (ADDUCI, 2000,

p.29). Nesse contexto, os cidadãos poderiam assumir funções da vida civil ou política, pois haveria igualdade jurídica a todos.

Contrapondo-se a esse fato, teorias deterministas de raça emergiam com o objetivo de barrar as ideias democráticas, afirmando que o indivíduo estaria sujeito ao grupo racial ao qual pertencia. Não vamos esmiuçar a gênese do discurso racial brasileiro, pois tal estudo não caberia nestas poucas páginas. Mesmo assim, dois assuntos ganhavam notoriedade nos círculos restritos da intelectualidade brasileira: o determinismo racial e o determinismo geográfico. E, no interior deles, cinco questionamentos comumente eram feitos: 1) afirmação da noção de raça, dividindo a humanidade em grupos com características físicas próprias; 2) diferenciações físicas correspondem diferenciações culturais; 3) contra o individualismo, submetem o indivíduo ao grupo no qual está inserido; 4) além das diferenças, as raças estariam hierarquizadas segundo uma escala de valores universais; e 5) partir das constatações anteriores, caberia a elaboração de uma política conveniente à realidade (TODOROV, 1993, p.56).

Ao ponderar a grandeza do território brasileiro e a diversidade cultural de cada região, percebe-se o emaranhado de “raças” – segundo o conceito do período - que compunha o mosaico étnico brasileiro, cada uma com um histórico próprio e, dependendo do dono do discurso, a miscigenação seria defendida ou não. Logo, a condição físico-geográfica seria a principal fonte de distinção entre os povos, daí o fato de Salgado justificar o caráter “guardião” dos brasileiros instalados no norte do país (encarregados de proteger a unidade nacional) e o caráter “desbravador” dos do Sul (encarregados de ampliar o território). Em seu romance *A Voz do Oeste* de 1934, um personagem chamado Nicolau Barreto, ao iniciar a bandeira, rumo às minas de ouro de Potosí, discursa: "Precisamos de todos para a manutenção da unidade nacional. Os do Norte devem proteger nossa planície da invasão dos gananciosos para que nós, os do Sul, conquistemos novos territórios” (SALGADO, 1934, p.98). Em *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha contesta, por exemplo, a relação entre mestiçagem e nação, ao criticar a influência do mulato na cultura brasileira. Para ele, há uma “sub-raça” mais admirável – o sertanejo (mistura do índio com o branco), não por causa de questões endógenas a sua genética, e sim pelo seu isolamento, condição imprescindível, como acreditava o autor, para uma “raça” fortalecida.

A realidade geográfica físico-natural do sertão seria uma unidade da diversidade. Porém, para Euclides, três fatores criariam a nacionalidade: o meio físico, o homem e os fatores históricos e, de maneira muito polêmica, o escritor identificou dois “Brasis” essencialmente diferentes: o norte (imóvel) e o sul (dinâmica). Plínio Salgado e Euclides da Cunha também coadunam teorias quando

projetam especial atenção ao caráter isolacionista de São Paulo (consequência da Serra do Mar), condição espacial imperativa à peculiaridade “racial” e histórica dos paulistas.

É preciso adiantar a análise e entender que as temáticas no final do século XIX e início do XX estavam amarradas ao ideário positivista de “raça” e “meio”, a partir dos defensores da miscigenação como fator de fortalecimento da “raça” (escritores e intelectuais liberais) e os que atribuíam a ela a “degradação brasileira”, no caso, por exemplo, os professores da Faculdade de Medicina da Bahia, para quem o cruzamento racial seria o responsável pela criminalidade, a loucura, a degeneração (ADDUCI, 2000, p.57).

Assim, continuando sobre a temática miscigenação, Machado (2012) discute a influência do pensamento evolucionista de Herbert Spencer em alguns intelectuais brasileiros na virada do século XIX. A partir de um norte progressista, Spencer argumentava que o Brasil não progrediria devido ao predomínio étnico de negros e brancos, devendo-se, por isso, estimular a imigração europeia, relembrando que o Brasil em 1872 possuía uma população de 10 milhões de pessoas, cerca de 20% eram negras escravas e 40% população livre; e em 1890-1929, quando a população se aproximava de 14 milhões de pessoas, haviam entrado no país mais de 3,5 milhões de imigrantes, podendo-se, neste caso, observar a influência do referido autor na dinâmica populacional brasileira.

Para a legitimidade da miscigenação como fator essencial à superioridade paulista, Salgado criaria um personagem central na história do romance, Martinho, filho de Simão Cubas (português que trabalhava nos portos) com a índia do Planalto do Piratininga, pertencente à tribo tupi. O avô de Martinho se chamava Antônio e era o líder dos bugres. Essa mistura do português com o indígena formaria uma nova “raça” cheia de qualidades, porque, enquanto a herança cultural do europeu era baseada na coragem em penetrar os sertões e conquistar novas terras, o índio, para Salgado, era um “povo guerreiro” possuidor do conhecimento dos mistérios da floresta, logo, ele guiaria os colonos às minas de ouro de Potosí. “A sociedade miscigenada é uma sociedade nova. A lenda Tupi deveria viver sempre no coração paulista (...)” (SALGADO, 1934, p.82).

A finalidade dos paulistas, e de São Paulo, era crescer e dominar novos territórios. Para isso, Plínio sublinha a importância da cultura indígena na construção social de uma expansão agressiva em direção ao oeste e do caráter protetor dos povos que se encontram na planície litorânea.

No tronco étnico da sociedade brasileira, o índio, o negro e o branco formariam a estrutura principal da população, dada a herança histórica do país (PRADO JUNIOR, 2000, p.81). Ademais, outros povos comporiam esta estrutura, como os asiáticos no início do século XX. Mesmo assim, Salgado considerava “brasileiros” somente as populações nascentes no planalto do Piratininga ou aquelas que aceitassem a história paulista.

No interior desta controvérsia, há no romance um personagem criado com as fisionomias alegóricas dos povos da planície, segundo Salgado: Ruy Moreno. De origem supostamente judaica, ele seria o fio condutor dos dois povos (planalto e planície) na trama da história e, na medida do seu interesse pela bandeira, suas motivações mostrar-se-iam meramente comerciais, pois o destino almejado era o ouro de Potosí. Salgado constrói certos estereótipos e alegorias para legitimar a competência do romance, ou seja, cada personagem conta uma parte da história paulista e, juntos, dão coerência à trama.

Embora seja questionável a visão de mundo de Plínio Salgado, o seu projeto ideológico nacionalista pode auxiliar o pesquisador contemporâneo a reconstruir a história do pensamento social brasileiro, pois o discurso do escritor paulista estaria imerso em preconceitos geográficos (decorrência do seu âmbito regional) característicos da época. No caso brasileiro, num primeiro momento, o discurso literário precede o científico. Depois eles se misturam, impossibilitando identificar se tal obra é ou não um estudo sociológico ou mera ficção.

Oliveira Vianna em seu livro *Populações Meridionais do Brasil* (1987), apreciou os costumes e a evolução das populações rurais do centro-sul paulista e mineiro. Essa obra, no entanto, é uma apologia de uma classe dominante de pessoas, as dos proprietários de terra, que ele enaltece pela qualidade de sua “raça”. Os não proprietários, produto de uma miscigenação histórica, teriam seu desenvolvimento social interrompido devido às consequências degenerativas dos povos híbridos. Esta tese de Vianna, em parte, assemelha-se à de Salgado, apesar de o primeiro ser um trabalho sociológico e o segundo, literário. Então, não é absurdo considerar a obra de Salgado tão fora do contexto histórico, porque sua temática estava em coerência aos estudos da época, principalmente no tocante aos debates sobre região, raça e identidade nacional.

O Brasil a oeste da Serra do Mar - “é certo que exista, oh Continente, uma serra que é dos mistérios?” (SALGADO, 1934, p.135) - é uma abstração, no sentido onírico da percepção da sociedade ao mito do encoberto (o mito do bandeirante), assim, “é atrás dessa grande serra, que é o calvário das raças conquistadoras, é verdade que fulgura a serra das esmeraldas.” (SALGADO, 1934, p.136). Na geografia tropical do começo do século XX, raça e determinismo geográfico estavam associados aos fatores climáticos e topográficos do Brasil; ou, ainda, a condição fatalista desta premissa seria transcendida caso houvesse uma política de “aprimoramento das raças”, um processo de europeização da sociedade brasileira (MACHADO, 2012, p. 329).

No romance *A Voz do Oeste*, o personagem que centraliza todo o anseio paulista de conquistar os sertões é, sem dúvida, Nicolau Barreto. Ele convergiria as ações da marcha para o oeste e daria coerência e forma à população heterogênea de índios, mamelucos e brancos. No enredo da obra,

haveria várias bandeiras que sairiam em direção às minas de Potosí: a liderada por Barreto, Moreno (judeu) e Antônio (chefe dos índios). Porém uma bandeira ficaria no caminho, a de Moreno, porque suas ambições seriam meramente comerciais. Esse fato mostraria os aspectos negativos transmitidos para o personagem de Salgado. Em outras palavras, o planalto do Piratininga teria um posto privilegiado dentro da esfera nacional, haja vista tudo o que foi discutido aqui. E defendido por Salgado, uma possível solução à problemática étnico-social e político-territorial brasileira estaria associada ao espelho organizacional paulista.

Para finalizar…

Em virtude do que foi exposto até o momento, e como o artigo caminhou, entendemos que no Brasil o discurso geográfico brasileiro estava amarrado ao ideário positivista, na corrida por conhecimento sobre território. As Universidades de São Paulo (1934) e Distrito Federal (1935) tiveram papel importante neste processo, principalmente no período da transição do saber especulativo ao acadêmico. A Geografia e a Literatura eram discutidas à luz das mais diversas correntes científicas.

No período, muitos escritores brasileiros poderiam ser equivocadamente taxados de conservadores ou liberais. Plínio Salgado carrega uma relevância intelectual quando consideramos sua atuação no pensamento social paulista, haja vista o fato da reconstrução da história dos bandeirantes. Autores como ele, Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, apesar de polêmicos, não podem ser negligenciados em razão de uma historiografia viciada. Críticas devem ser feitas, desde que a análise devolva historicidade aos fatos.

Por fim, os limites conceituais existentes nas manifestações artísticas e nas Ciências Humanas, a Literatura e a Geografia (Arte e Ciência) ganham contornos singulares na busca de alternativas metodológicas às pesquisas interdisciplinares. Mesmo hoje busca-se na identidade nacional aquilo que pode ligar um povo ao solo sobre o qual pisa. A literatura ainda pode ser um excelente prisma para compreender o passado.

ReferÊncias

ADDUCI, C.C. **A Pátria Paulista:** o separatismo como resposta à crise final do império brasileiro. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. sexta edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Décima Sexta edição. São Paulo: Hucitec, 2014.

BOMFIM, P.R de. A. **Território e Movimento Integralista:** uma contribuição para o Estudo das Ideologias Geográficas no Pensamento Autoritário Brasileiro das décadas de 1920-1930. Dissertação

(Mestrado). Departamento de Geografia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade:** Estudos de Teoria e História Literária – 8ª edição – São Paulo, 2000.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado** (forma de regressividade no capitalismo hipertardio). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

COSTA, Vilma Peres. **A Década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP/FAPESP, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica:** discurso sobre o território e o poder. São Paulo: HUCITEC: editora da USP, 1992.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: brasiliense, 1985.

DE HOLANDA, S.B. **Visão de paraíso**: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. Trad: Shirley Morales Gonçalves. Ed: HUCITEC. São Paulo, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro – 12 edição – São Paulo: Globo, 1991.

FIORIN, J.L. **Introdução a Linguística**. 6° edição. São Paulo: Contexto, 2002.

GOLDMANN, Lucien. **A sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

MACHADO, Mônica Sampaio**. A geografia universitária carioca e o campo científico disciplinar da geografia brasileira**. Tese de Doutorado dirigida por André Roberto Martin. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

MACHADO, Lia Osório. Origens no pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a ideia de ordem (1870-1930) *In* GOMES, CORREA e MACHADO. **Geografia:** conceitos e temas – 15ºed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MELLO, Alan Daniel de Brito. **Análise do discurso geográfico (representações espaciais) nas obras Martim Cererê (1928) e Marcha para oeste (1940) de Cassiano Ricardo; O Estrangeiro (1926) e Geografia Sentimental (1937) de Plínio Salgado**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.8.2018.tde-05112018-115700. Acesso em: 2023-04-17.

MORAES, A.C.R. A Antropogeografia de Ratzel: indicações. In, MORAES, A.C.R. (org). **Ratzel** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: 1990.

MORAES, A.C.R. **Geografia:** Pequena História Crítica – 21ª edição – São Paulo: Annablume, 2007.

MORAES, A.C.R**. Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAES, A. C. R. **Território e História do Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 2002.

PRADO JR, Caio. **A Cidade de São Paulo:** Geografia e História. 13ª edição – Editora Brasiliense. São Paulo: 1983.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: brasiliense. 2000.

TODOROV, T. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SALGADO, Plínio**. A Voz do Oeste** (Romance – Poema da época das Bandeiras) – 2ª edição – Editora Jose Olympio. Rio de Janeiro, 1934.

SALGADO, P. **Geografia Sentimental**. Editora José Olympio: Rio de Janeiro, 1937.

SALGADO, P. **O Estrangeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1926.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. 2ed. São Paulo: editora brasiliense S.A. 1985.

VASCONCELLOS, G. F. **Ideologia curupira:** análise do discurso integralista. São Paulo: brasiliense, 1979.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro. p.89-112.vol.6, n.11, 1993,

VIANNA, **Oliveira. Populações meridionais do Brasil**: história, organização, psicologia. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 1987.